

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

## Decreto-Lei n.º 282/97

de 18 de Outubro

A existência, no Ministério da Saúde, de diversas comissões técnicas e científicas criadas por despacho ministerial, cujo objecto, por vezes intersectorial, nem sempre se enquadra no âmbito das competências específicas de um determinado serviço ou organismo do Ministério, mas que relevam para a política de saúde, impõe que se proceda à definição do quadro do respectivo funcionamento, atribuindo a uma única entidade a responsabilidade pela prestação de apoio logístico e financeiro às actividades desenvolvidas pelas referidas comissões.

De igual modo importa definir o enquadramento da concessão de subsídios a entidades privadas que, sem fins lucrativos, prossigam actividades de interesse público na área da saúde.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Artigo 1.º

## Funcionamento das comissões de saúde

1 — Compete ao Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, adiante designado IGIF, a prestação de apoio logístico às comissões técnicas e científicas, ou outras entidades, constituídas por despacho ministerial, no âmbito da política de saúde e cujo objecto se não integre directamente em qualquer dos serviços ou organismos do Ministério da Saúde.

2 — Compete igualmente ao IGIF assegurar o pagamento das despesas de funcionamento das entidades referidas no número anterior, de acordo com as regras em vigor para a Administração Pública.

## Artigo 2.º

## Projectos e acções na área da saúde

1 — O pagamento das despesas relativas a projectos desenvolvidos pelas comissões referidas no artigo anterior, directamente ou sob sua coordenação, é assegurado pelo IGIF, através de verbas do orçamento do Serviço Nacional de Saúde e outras consignadas às comissões.

2 — O pagamento de subsídios, atribuídos por despacho do Ministro da Saúde, a entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvam actividades na área da saúde, bem como de despesas relativas a acções do âmbito da política de saúde que não se integrem directamente nas atribuições específicas dos serviços e organismos do Ministério da Saúde, é assegurado pelo IGIF, por conta de verbas do orçamento do Serviço Nacional de Saúde.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 10 de Julho de 1997. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *António Luciano Pacheco de Sousa*

*Franco — Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina.*

Promulgado em 6 de Outubro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 9 de Outubro de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

## SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## Assento n.º 1/97

**Processo n.º 41 250.** — Acordam, em plenário, na 1.ª Subsecção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça:

O Ex.<sup>mo</sup> Procurador-Geral-Adjunto junto do Tribunal da Relação de Coimbra veio interpor o presente recurso extraordinário para fixação de jurisprudência, nos termos do artigo 437.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, relativamente ao problema de se determinar se, requerida a instrução por um ou mais arguidos em processo em que existam ainda outros arguidos que a não tenham solicitado, o despacho de pronúncia ou não pronúncia a proferir pelo juiz de instrução valerá como tal relativamente a todos os arguidos ou tão-somente em relação àquele ou àqueles que a tenham requerido.

Ou, dito de outra maneira, suscita o problema da interpretação a dar aos artigos 286.º, n.º 1, 308.º, n.º 3, e 311.º, todos daquele Código.

E fundamenta o recurso na existência de dois acórdãos em oposição, ambos da Relação de Coimbra, dos quais já não é admissível recurso ordinário, proferidos nos processos n.ºs 132/90 e 134/90, respectivamente em 18 de Abril de 1990 e em 9 de Maio do mesmo ano.

Para tal alega, em súmula, o seguinte:

«O acórdão recorrido, de 9 de Maio, decidiu que ‘quer haja um só arguido, quer haja vários, havendo instrução, o respectivo juiz proferirá despacho de pronúncia ou não pronúncia que valerá como tal em relação a todos os arguidos’, ao passo que o acórdão fundamentado, ao conhecer de recurso de decisão instrutória em que o Ex.<sup>mo</sup> Juiz havia feito a apreciação indiciária relativamente a todos os arguidos, mesmo não requerentes da instrução, determinou a revogação de tal despacho em relação aos arguidos não requerentes da instrução, com o fundamento de ‘carecer o Sr. Juiz de Instrução de competência para tal, como se estabelece e infere do n.º 2 do artigo 311.º do Código de Processo Penal’.»

E ambos os acórdãos foram proferidos em recursos de despachos idênticos do Ex.<sup>mo</sup> Juiz de Instrução de Aveiro, redigidos da seguinte forma:

«Apenas se valorou e apreciou prova quanto aos factos por que vinham acusados os arguidos que requereram a abertura da instrução e na medida em que estes impugnaram a sua veracidade [...] Assim, o despacho de pronúncia incidirá sobre toda a matéria fáctica constante da acusação, limitando-se o juiz de instrução a verter para aquele despacho os factos sobre os quais não incidiu a sua actividade investigatória, sem prejuízo, no entanto, do poder de fiscalização conferido ao juiz